

Inclusão no ensino superior: políticas, práticas e formação de professores no Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina

Inclusion in higher education: policies, practices and teacher education at the Centre of Human Sciences and Education of the Universidade do Estado de Santa Catarina

Inclusión en la educación superior: políticas, prácticas y capacitación de maestros en el Centro de Ciencias Humanas e da Educação de la Universidade do Estado de Santa Catarina

Rosiana Tais Andreolla^I

Flávia Wagner^{II}

LEHMKUHL, Márcia de Souza; FRÖHLICH, Raquel (org.). **Inclusão no ensino superior: políticas, práticas e formação de professores na FAED/UDESC**. Campo Grande: Inovar, 2022. 177 p.

Nesta resenha, pretendo apresentar o livro *Inclusão no ensino superior: políticas, práticas e formação de professores na FAED/UDESC*. O livro, publicado em 2022 pela Editora Inovar, é uma coletânea organizada pelas professoras Márcia de Souza Lehmkuhl e Raquel Fröhlich. As organizadoras e seus respectivos currículos são: Márcia de Souza Lehmkuhl, doutora em Educação: história, política, sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), pedagoga na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e atual coordenadora do Núcleo de Apoio Pedagógico e Estudantil (NUAPE). Raquel Fröhlich, doutora em educação (2018) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), professora efetiva do Departamento de Pedagogia no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), na linha de pesquisa Políticas Educacionais, Ensino e Formação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

A obra, sendo uma coletânea, foi escrita por: José Geraldo Silveira Bueno — prefácio; Márcia de Souza Lehmkuhl e Raquel Fröhlich — apresentação; Evelyn Schaffer — poema de inclusão do NUAPE; Patrícia Alves Godinho, Márcia de Souza Lehmkuhl, Graciele Majanara Kraemer, Rejane Ramos Klein — Parte I; Gustavo Rugoni de Sousa, Ana Paula de Souza Kincheski, Caroline Kern, Daiane de Jesus Grativol, Raquel Fröhlich, Ivana Gabriela de Almeida Bueno, Caroline Kern — Parte II; Evelyn Schaffer, Jade Mendonça de Quadros, Jéssica dos Santos Brites e Thiago Ribeiro Paulino Lopes — Parte III.

^IUniversidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, SC, Brasil. E-mail: rosiandreolla@gmail.com  <https://orcid.org/0009-0005-5609-5170>

^{II}Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, SC, Brasil. E-mail: flv.wagner@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-5805-3565>

A resenha justifica-se pela importância da temática em apresentar como se dá o atendimento aos alunos da FAED a partir da consolidação do NUAPE e dos atendimentos do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (AEE), contribuindo assim para a permanência e êxito do estudante no ensino superior; ainda inova ao ouvir os estudantes nesse

processo. A primeira parte da obra, “Políticas educacionais no ensino superior e a criação do Núcleo de Apoio Pedagógico e Estudantil (NUAPE)” apresenta a criação e funcionamento do núcleo. A segunda parte, denominada “Práticas de inclusão no ensino superior”, explana os atendimentos aos alunos pelos profissionais envolvidos. Por fim, a terceira parte intitulada “Relato de experiência dos estudantes atendidos pelo NUAPE” é uma apresentação das experiências dos alunos.

Na primeira parte, “Políticas educacionais no ensino superior e a criação do núcleo de apoio pedagógico e estudantil (NUAPE)”, as autoras expõem detalhadamente todas as fases de implantação do NUAPE. Enfatizam que a criação do núcleo em meados de 2017 foi fruto da necessidade em dar respostas aos desafios que surgiram para a educação especial no ensino superior, assunto até então incipiente nas pesquisas brasileiras. Cabe ressaltar que a consolidação de um núcleo de atendimento nas instituições de ensino superior vem em resposta às conquistas e lutas das pessoas com deficiência. Não basta garantir a inclusão com reserva de vagas, como prevê a lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016; devem-se garantir condições para a permanência do estudante.

Encontramos no texto o fundamento das políticas do NUAPE que embasam o direito das pessoas com deficiência, como: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990, a Declaração de Salamanca de 1994, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a Convenção da Guatemala de 1999 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. Ainda com relação ao NUAPE, seus princípios são:

- Valorização e respeito à diversidade;
- Aceitação das diferenças com ênfase nas potencialidades;
- Direito de pertencer das pessoas com deficiência;
- Processo de ensino e aprendizagem flexíveis.

Na segunda parte, “Práticas de inclusão no ensino superior”, apresenta-se um recorte de como se dão os acompanhamentos do NUAPE, sendo eles direcionados aos docentes e discentes. Os autores apresentam os desafios enfrentados com a pandemia do COVID-19 e citam a utilização de tecnologias para dar suporte aos estudantes como a plataforma Moodle.

Para os autores, o ensino colaborativo é um ponto estratégico no atendimento do NUAPE, sendo definido como uma parceria entre professores e profissionais que atuam no AEE; um não substitui o outro, mas eles buscam diferentes metodologias para melhorar a aprendizagem e explorar as potencialidades do aluno. Cabe ressaltar que o acompanhamento pedagógico é realizado a todos os estudantes, e o atendimento especializado destinado para o público da educação especial, pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Onde se citam transtornos globais de desenvolvimento, leia-se transtorno do espectro autista (TEA), em conformidade com a proposta do projeto de lei n. 226, de 2022.

O livro apresenta ainda como ponto importante de atuação do NUAPE as formações docentes, e como ferramenta de ensino e aprendizagem a adaptação curricular, que é construída por meio da anamnese dos estudantes em conjunto com o corpo docente.

Os autores relatam que, mesmo com a implantação dos núcleos, ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois ainda não há uma definição de quem compõe as equipes mínimas de atendimento e o trabalho em rede ainda é fundamental.

Na terceira parte do livro, “Relato de experiência dos estudantes atendidos pelo NUAPE”, um estudante relata que as ações desenvolvidas no núcleo promovem no estudante autoconfiança,

criatividade e criticidade. Outro ponto apresentado é a capacidade que os estudantes desenvolvem para a organização de horários e prazos. Tais aspectos ressaltam o significado de dar voz aos estudantes com deficiência em seus processos formativos, o que colabora para que se reconheçam as experiências educacionais desses estudantes e os sentidos que têm sido construídos sobre a educação inclusiva no ensino superior.

Enquanto base teórica metodológica, o livro apresenta as discussões a respeito das legislações que permeiam a educação especial: lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão para Pessoa com Deficiência; lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Diretrizes e Bases da Educação; e, enquanto atendimento, centra-se na teoria de Vygotsky e Reuven Feuerstein que analisam a deficiência com base no contexto em que se inserem.

A obra é rica para a contribuição dos estudos em políticas educacionais, principalmente no que se refere aos debates das políticas de ações afirmativas, apresentando os desafios e avanços para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Contribui ainda para a capacitação de equipes, uma vez que apresenta todo o processo para a implantação dos serviços de atendimento educacional especializado, unindo teoria prática de forma clara e objetiva. A discussão é pertinente às instituições de ensino superior que buscam implantar os núcleos em seus espaços.

Conclui-se que a obra inova no campo educacional ao permitir que os alunos atendidos pelo Núcleo de Atendimento Educacional Especializado sejam protagonistas da obra ao dedicar um capítulo ao relato de experiência deles, dando voz e sentido à formação acadêmica de pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão para Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoa com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p. 1, 29 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em: 01 ago. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei n. 226, de 2022**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para adequar a terminologia referente a pessoas com transtorno do espectro autista. Brasil, 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2138831. Acesso em: 01 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 7 a 10 de junho de 1994. Brasília: Unesco, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>. Acesso em: 01 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Brasília: Unesco, 2000. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127583>. Acesso em: 01 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência.** Cidade da Guatemala, Guatemala, 7 jun. 1999. Washington, D.C.: OEA, 1999.

Como citar este artigo: ANDREOLLA, Rosiana Tais; WAGNER, Flávia. Inclusão no ensino superior: políticas, práticas e formação de professores no Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Educação**, v. 31, e310021, 2026. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782026310021>

Conflitos de interesse: As autoras declaram que não possuem nenhum interesse comercial ou associativo que represente conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Financiamento: O estudo não recebeu financiamento.

Contribuições dos autores: Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição, Metodologia: Andreolla, R. T.; Wagner, F.

Declaração de disponibilidade de dados: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

SOBRE AS AUTORAS

ROSIANA TAIS ANDREOLLA é mestranda em Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Assistente social no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Câmpus Tubarão (IFSC).

FLÁVIA WAGNER é doutora em Educação pela Universidade de Lisboa (Portugal). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

Recebido em 18 de novembro de 2024

Revisado em 5 de agosto de 2025

Aprovado em 1º de setembro de 2025

Editor/a responsável: Edla Eggert  <https://orcid.org/0000-0002-1980-7053>